

CONTRATO CEDAE N.º 149/2019 (DPR)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e a **SOGAME – ASSESSORIA E**
CONSULTORIA EM GESTÃO E RECURSOS
HUMANOS LTDA.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **SOGAME – ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO E RECURSOS HUMANOS LTDA.**, sediada na Avenida Lineu de Paula Machado, nº 1.000, bloco 02, apartamento 607, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ, CEP:22.470-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.868.364/0001-13, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Senhor MARCUS ROGER MEIRELES MARTINS DA COSTA, brasileiro, economista, portador da cédula de identidade nº M1013548 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 300.474.046-04, residente e domiciliado Avenida Lineu de Paula Machado, nº 1.000, bloco 02, apartamento 607, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ, CEP:22.470-040, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.580/2019**, mediante **Dispensa de Licitação – DL nº 008/2019 (DPR)**, com fundamento no art. 29, II da lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e art. 155 do Regulamento Interno de Licitações da CEDAE - RILC que se regerá pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto o serviço de **"CONSULTORIA PARA ELABORAR E MODELAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E APRIMORAMENTO DO CONTROLE DE FREQUENCIA E DO CONTROLE DE ACESSO, PROPOSTA DE APLICABILIDADE DE BÔNUS E/OU PLR E PROPOSTA DE GESTÃO DE TERCEIRIZAÇÃO"**, conforme ato de aprovação exarado pela Senhora Assessora de Gestão de Pessoas Chefe, inserido às folhas 75/76 do Processo Administrativo E-07/100.580/2019.

PARÁGRAFO ÚNICO - Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência e o Acordo de Nível de Serviços anexos ao presente contrato bem como a proposta da **CONTRATADA**, data de 09 de setembro de 2019, autuada às fls. 18/20 do processo administrativo referência, cujos conteúdos passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer acesso a todos os documentos, informações e demais elementos necessários à execução satisfatória do objeto pela **CONTRATADA**;

- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas; e

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência em anexo:

- a) conduzir os serviços dentro do prazo estipulado, observando as normas técnicas, a legislação em vigor e a metodologia indicada em sua proposta;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução do contrato, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa dos seus serviços;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) Demonstrar, quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%;

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **03 (três) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Primeiro - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

Parágrafo Segundo - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da **CEDAE**, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

Parágrafo Quarto - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

Parágrafo Quinto - A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110304
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2019000862.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será executada em regime de execução por preço unitário, no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, conforme tabela abaixo:

CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS		
VALOR	ETAPA	PERCENTUAL
R\$ 50.000,00	01	30 % (trinta por cento)
	02	30 % (trinta por cento)
	03	40 % (quarenta por cento)

Parágrafo Primeiro - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "i" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com cada fatura/nota fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do que fora executado no período;
- b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "i", deste instrumento;

- c) declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS do pessoal destacado à execução do serviço; exigível apenas para os casos em que houver mão de obra da **CONTRATADA** à disposição permanente da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos exigíveis no parágrafos segundo impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima segunda.

Parágrafo Quinto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) efetuado(s) no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações, que serão pagas em 3 etapas, da seguinte forma: 30 % (trinta por cento) na entrega do Projeto 1, 30 % (trinta por cento) na entrega do Projeto 2 e 40 % (quarenta por cento) na entrega do Projeto 3.

Parágrafo Primeiro - Considera-se adimplemento a execução da etapa/produto do serviço acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver cláusula oitava). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.

Parágrafo Segundo - De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.

Parágrafo Quarto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Quinto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Sétimo - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo INPC, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data da proposta (I_o), conforme expressão matemática a seguir.

$$R = Po \frac{[I - I_o]}{I_o}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês do reajustamento

I_o = INPC correspondente ao mês da proposta.

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da proposta (I_o).

Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

Parágrafo Sétimo - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima primeira, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no parágrafo quarto da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

- I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima primeira, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

Parágrafo Quarto - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

Parágrafo Sexto - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados na cláusula oitava.

Parágrafo Sétimo - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

Parágrafo Oitavo - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Nono - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

Parágrafo Décimo - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

Parágrafo Décimo Primeiro - O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC

Parágrafo Décimo Segundo - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro - De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e

diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 10 de FEVEREIRO de 2020.

Pela **CEDAE**:

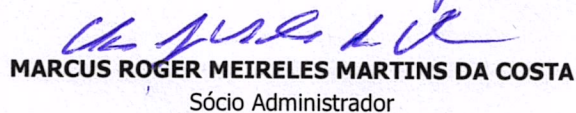


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



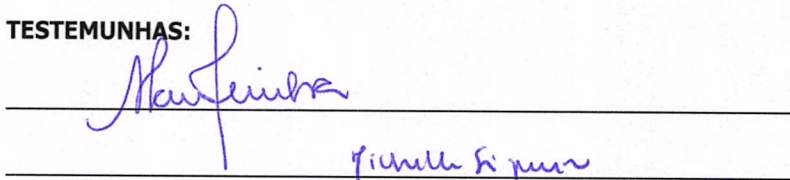
JOSE BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



MARCUS ROGER MEIRELES MARTINS DA COSTA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:



Contr-SOGAME-consultoria-gestão-recursos-humanos-DL-008-2019-DPR-VBO

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de “CONSULTORIA PARA ELABORAR E MODELAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E APRIMORAMENTO DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA E DO CONTROLE DE ACESSO, PROPOSTA DE APLICABILIDADE DE BÔNUS E/OU PLR E PROPOSTA DE GESTÃO DE TERCEIRIZAÇÃO”.

2. JUSTIFICATIVA

Estabelecer mecanismos de ampliação e aprimoramento dos controles de ponto eletrônico e de acesso aliado as novas tecnologias do mercado e planejamento de ampliação do parque de equipamentos bem como dos controles de acessos as principais unidades da CEDAE. Estabelecer parâmetros e métricas na avaliação para avaliação estratégica pela Diretoria executiva de oportunidade e conveniência da aplicabilidade de Bônus e/ou PLR.

Estabelecer critérios de avaliação e identificação dos postos de trabalho passíveis de Terceirização, considerando os novos aspectos da terceirização introduzidos pela Reforma Trabalhista.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Do serviço de ampliação e aprimoramento dos controles de ponto eletrônico e de acesso:

- 3.1.1.** Mapear as necessárias alterações para ampliação do parque de equipamentos, inclusive para unidades que não dispõe de rede de dados;
- 3.1.2.** Identificação de unidades e necessidades de equipamentos para ampliação dos controles de acesso;
- 3.1.3.** Mapear as necessárias alterações e funcionalidades do software de controle de ponto e acesso para compilação das novas informações;
- 3.1.4.** Proposição das regras de negócio para estabelecimento da geração de relatórios;
- 3.1.5.** Proposição das regras de negócio para geração de dados estatísticos de ponto e acesso;
- 3.1.6.** Identificação dos meios necessários para comunicação;

3.1.7. Mapeamento das ações.**3.2. Do serviço de estabelecimento de parâmetros e métricas na avaliação para avaliação estratégica pela Diretoria executiva de oportunidade e conveniência da aplicabilidade de Bônus e/ou PLR:**

- 3.2.1.** Mapear parâmetros para escolha entre o pagamento de bônus e ou participação nos lucros e resultados;
- 3.2.2.** Proposição das regras de negócio para estabelecimento da geração de relatórios;
- 3.2.3.** Proposição das regras de negócio para geração de dados estatísticos;
- 3.2.4.** Reunião e preparação de material par discussão com a Diretoria Executiva;
- 3.2.5.** Identificação dos meios necessários para comunicação.

3.3. Dos serviços de modelagem da Gestão de Terceirização:

- 3.3.1.** Mapear necessidades de contratação junto as Diretorias;
- 3.3.2.** Definição dos grupos para contratação;
- 3.3.3.** Estabelecimento de cronograma;
- 3.3.4.** Proposição das regras de negócio para estabelecimento da geração de relatórios;
- 3.3.5.** Proposição das regras de negócio para geração de dados estatísticos;
- 3.3.6.** Reunião e preparação de material para discussão com a Diretoria Executiva;
- 3.3.7.** Identificação dos meios necessários para comunicação;
- 3.3.8.** Apresentação para a Diretoria Executiva.

3.4. Da entrega final dos serviços:

- 6.3.1.** Apresentação final do projeto e entrega do material relativo a cada etapa.

4. CÓDIGO DE ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Item	Código IFS	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.
1	2110180049	CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM RECURSOS HUMANOS	UN	1

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAPROPOSTA

Menor preço unitário

6. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIM E / FORM A DE EXECUÇÃO / FORNECIM ENTO

6.1. SERVIÇO:

- 6.1.1. de natureza de escopo;
- 6.1.2. sem mão de obra alocada;
- 6.1.3. regime de execução por preço unitário.

7. PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 7.1. O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses contados da ordem de início que poderá ser emitida após assinatura do contrato, conforme cronograma:

ETAPAS DO PROJETO	CRONOGRAMA ESTIMADO											
	SEMANA											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
REUNIÃO DE ALINHAMENTO PARA ENTENDIMENTO DO PROJETO 1												
REUNIÃO PARA COLETA DE DADOS												
EXECUÇÃO DO PROJETO												
VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS												
APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA RH E ALTA DIREÇÃO												
REUNIÃO DE ALINHAMENTO PARA ENTENDIMENTO DO PROJETO 2												
REUNIÃO PARA COLETA DE DADOS												
EXECUÇÃO DO PROJETO												
VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS												
APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA RH E ALTA DIREÇÃO												
REUNIÃO DE ALINHAMENTO PARA ENTENDIMENTO DO PROJETO 3												
REUNIÃO PARA COLETA DE DADOS												
EXECUÇÃO DO PROJETO												
VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS												
APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA RH E ALTA DIREÇÃO												

8. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 8.1. Os serviços serão executados no PREDIO SEDE da CEDAE, sito: a Avenida Presidente Vargas 2655, Cidade Nova, Centro, Rio de Janeiro.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. A CONTRATADA prestará os serviços conforme definido neste Termo de Referência, em dias úteis, no horário de 8h às 17h. Excepcionalmente, poderá ser solicitado em casos emergenciais, o atendimento fora do expediente normal, inclusive em dias não úteis.
- 9.2. As despesas decorrentes de locomoção serão de responsabilidade da CONTRATANTE, por meio de reembolso devidamente comprovado, desde que nos limites da Cidade do Rio de Janeiro, no valor máximo de R\$100,00 (cem Reais), semanais.
- 9.3. As reuniões de apresentação dos projetos serão devidamente registradas, para acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 9.4. A CONTRATADA deverá utilizar somente pessoal com experiência profissional compatível com o objeto proposto neste Termo de Referência.
- 9.5. A CONTRATADA deverá manter pessoal devidamente identificado, através do uso de crachás, de forma condizente com o serviço a executar.
- 9.6. A CONTRATADA será responsável por qualquer dano causado diretamente à CEDAE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do presente objeto.
- 9.7. A CONTRATADA deverá observar os procedimentos internos da CEDAE e as Normas que regulamentam a Segurança do Trabalho no que couber ao uso de EPI's e condições de uso de ferramentas e materiais durante a prestação dos serviços.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 10.1. De acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ordem de Serviço CEDAE "E" número 14.693/2017.

11. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado pela CEDAE no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, pela Comissão de Fiscalização de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Referência e conforme Ordem de Serviço 14.693/2017.

12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. O Fiscal do Contrato designado pela CEDAE acompanhará a execução dos serviços prestados atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.
- 12.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias corridos.
- 12.3. A notificação, quando da existência de irregularidades na execução do contrato, poderá ser enviada pela CEDAE por meio físico ou por correio eletrônico.
- 12.4. A notificação será enviada ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu recebimento.
- 12.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.
- 12.6. Em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à apresentação da fatura para o ateste e pagamento; o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação da etapa do serviço.
- 12.7. A CONTRATADA, de posse das informações avaliadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CEDAE e os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- 12.8. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.
- 12.9. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a esta os termos de notificação produzidos no período, e a encaminhará para pagamento.
- 12.10. Demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto do presente contrato na quantidade, qualidade, local e prazos especificados neste Termo de Referência, obedecendo as condições de contratação, documentos que independentemente de transcrição passem a fazer parte integrante e complementar da contratação para todos os efeitos de direito;

- b) Entregar o objeto sem qualquer ônus para a CEDAE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como: testes, seguros, e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o presente serviço;
- c) Atender a todas as determinações da fiscalização da CEDAE, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas e prestar toda assistência e colaboração;
- d) Emitir relatórios de andamento das etapas do projeto, com prestação de contas à comissão de fiscalização;
- e) Encaminhar à CEDAE cronograma das etapas de elaboração e acompanhamento controle de frequência e acesso, remuneração variável e terceirização;
- f) Observar o prazo contratual para realização e conclusão da entrega de todas as etapas de consultoria;
- g) Desenvolver o trabalho, respeitando o planejamento consubstanciado em cronograma físico, detalhado de execução e correspondente cronograma financeiro. Deverão ainda prever a completa entrega dos documentos relativos ao serviço, no prazo contratual e pagamentos cujos valores acumulados não ultrapassem os valores previstos;
- h) Planejar e executar o trabalho priorizando a elaboração e acompanhamento:
 - ✓ Primeira etapa: Controle de Frequência e Acesso
 - ✓ Segunda etapa: Remuneração Variável
 - ✓ Terceira etapa: Terceirização
- i) Apresentar os currículos dos profissionais envolvidos diretamente na Consultoria;
- j) Apresentar estimativa de participação, expressa em homem-hora, de cada um dos profissionais envolvidos diretamente na Consultoria;
- k) Propor a quantidade de reuniões da Consultoria para validação do material desenvolvido junto aos designados pela CONTRATANTE e à comissão de fiscalização;
- l) Propor o número de reuniões de apresentação final à Direção da CEDAE;
- m) Propor metodologia a ser utilizada no aprimoramento dos controles de frequência, remuneração variável e terceirização, com foco na identificação das necessidades do negócio da CEDAE e dos seus profissionais.

14. VISITA TÉCNICA

14.1. A visita técnica poderá ser realizada por qualquer interessado, não sendo aceitos questionamentos posteriores relacionados ao desconhecimento das áreas a serem atendidas, assim como dos serviços objeto do presente;

14.2. No ato da visita, será fornecido ao profissional devidamente qualificado da empresa interessada, Atestado de Visita, assinado pelo(s) empregado(s) especificamente designado(s) pela Assessoria de Gestão de Pessoas da CEDAE;

14.3. As visitas deverão ser previamente agendadas pelo e-mail: michelle.siqueira@cedae.com.br ou pelos telefones: (21) 2332-3884, até o último dia útil, anterior ao certame.

15. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

O Acordo de Níveis de Serviço, visa estabelecer:

- a) os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, especificando-se os indicadores e instrumentos de medição que serão adotados pelo órgão ou entidade CONTRATANTE;
- b) os registros, controles e informações que deverão ser prestados pela CONTRATADA;
- c) as respectivas adequações de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado no item 3.2, cujo resultado definirá o valor a ser pago no período avaliado;
- 1.3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA, das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;
- 1.4. A CEDAE poderá alterar os procedimentos e metodologia de avaliação durante a execução contratual, sempre que se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DO SERVIÇO

2.1. Descrição do Serviço:

Prestação de serviços de consultoria para elaborar e modelar mecanismos de acompanhamento e aprimoramento do controle de frequência e controle de acesso, proposta de aplicabilidade de bônus e/ou PLR e proposta de gestão de terceirização.

Objetivos: Estabelecer mecanismos de ampliação e aprimoramento dos controles de ponto eletrônico e de acesso aliado as novas tecnologias do mercado e planejamento de ampliação do parque de equipamentos, bem como dos controles de acessos às principais unidades da CEDAE. Estabelecer parâmetros e métricas para avaliação estratégica pela Diretoria Executiva de oportunidade e conveniência da aplicabilidade de Bônus e/ou PLR. Estabelecer critérios de avaliação e identificação dos postos de trabalho possíveis de Terceirização, considerando os novos aspectos da terceirização introduzidos pela Reforma Trabalhista.

- 2.2. **Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):** A CEDAE, através da contratação, objetiva o cumprimento nos termos contratados para prestação dos serviços na forma do Termo de Referência. A fiscalização a ser realizada será semanal, com geração de relatórios mensais, que serão fornecidos à CONTRATADA, mediante sua solicitação. As medições

serão realizadas através de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que serão preenchidos pela comissão de fiscalização, nomeada pelo Presidente da CEDAE.

- 2.3. **Comunicação:** As comunicações entre CONTRATADA e CEDAE poderão ser realizadas através dos e-mail: michelle.siqueira@cedae.com.br e telefone: (21) 2332-3884. A CONTRATADA deverá fornecer idênticos meios de contato à CEDAE, isto é, endereço de e-mail e telefone de contato.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO

3.1. Da fiscalização do contrato

- 3.1.1. O Fiscal do Contrato designado pela CEDAE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.
- 3.1.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- 3.1.3. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.
- 3.1.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- 3.1.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu recebimento no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.
- 3.1.6. O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;
- 3.1.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle;
- 3.1.8. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pelo órgão ou entidade.
- 3.1.9. Em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à apresentação da fatura para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação do serviço.
- 3.1.10. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CEDAE

os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

- 3.1.11.** Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a esta os termos de notificação produzidos no período, e a encaminhará para pagamento.

3.2. Dos indicadores do nível do serviço prestado

O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo:

Tipo	Ocorrência	Valoração
Brandas	<ol style="list-style-type: none">Deixar de cumprir o atendimento de chamados dentro do horário estabelecido pelo contrato, Termo de Referência ou determinado pela fiscalização.Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela.	01 ponto
Moderadas	<ol style="list-style-type: none">Deixar de cumprir prazos estabelecidos no cronograma ou acordados com a fiscalização.Deixar de reapresentar serviços com avaliação "insatisfatório"	02 pontos
Graves	<ol style="list-style-type: none">Recusar-se a atender a Comissão de Fiscalização sem motivo justificado.Demora no atendimento às determinações da CEDAE referente à regularização das obrigações contratuais e/ou constantes do Termo de Referência de forma não justificada, em período superior a 2 (dois) dias úteis.	03 Pontos

3.3. Da faixa de ajuste no pagamento:

A depender da pontuação acumulada pela CONTRATADA ao longo das etapas do faturamento, serão realizados descontos na fatura devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução, conforme quadro abaixo:

Pontuação	Ajuste
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura




Em caso de não acolhimento das razões da CONTRATADA, apresentada à Comissão de Fiscalização na forma do item 3, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irreversível.

Finda a etapa apurada em seu nível de conformidade dos serviços, a pontuação acumulada será zerada para as etapas subsequentes.

4. Das demais penalidades e do foro:

O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas na Lei 13.303/2016, bem como daquelas estabelecidas no Termo de Referência, diante de eventual descumprimento contratual.

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro.







PORTARIA PR-Nº 41 DE 14 DE FEVEREIRO 2020

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE
MENÇÃO.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear TATIANE RIBEIRO DA SILVA, para exercer o Cargo de Confiança de Assessora da Presidência, símbolo CC-02, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 14 de fevereiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

Id: 2238249

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 07/02/2020

*PROCESSO Nº E-12/079438/2017 - Com base no pronunciamento da ASJUP e de acordo com as justificativas apresentadas pelo Diretor Administrativo, resolvo: a) Aprovar a prorrogação do Contrato nº 02/2018, através de Termo Aditivo, por um período de 12 (doze) meses, com fulcro na cláusula quarta, parágrafo único do contrato em tela. b) Adjudicar a prestação dos serviços à OBERFAZ ADVOGADOS ASSOCIADOS, após contrato escrito formal. c) Autorizar a despesa no valor total de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

*Omitido no D.O. de 10/02/2020.

Id: 2238247

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 24/10/2019

DESIGNA MICHELLE GONÇALVES SIQUEIRA, Assessora Gestã de Pessoas Chefe como Presidente. MAIONE MOTTA DE OLIVEIRA FERREIRINHA, Advogada D e HELIO ALVIM RIBEIRO, Agente Administrativo F, como membros titulares e ANDREA ROSSIGNIEUX, Assessora Adjunta, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretoria, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, para "CONSULTORIA PARA ELABORAR E MODELAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E APRIMORAMENTO DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA E DO CONTROLE DE ACESSO, PROPOSTA DE APLICABILIDADE DE BÔNUS E/OU PLR E PROPOSTA DE GESTÃO DE "TERCEIRIZAÇÃO", de que trata o Processo nº E-07/100.580/2019, Ordem de Serviço P/IFIS nº 26.650-00/2019.

Id: 2238003

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

COMITÊ DELIBERATIVO

*Pauta de reunião da sessão ordinária do Comitê Deliberativo do Fundo Especial de Administração Fazendária, a realizar-se em 05 de março de 2020, às 16h, na sala de reuniões à Av. Presidente Vargas, 670 - 19º andar.

PARTICIPANTES:

LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Estado de Fazenda
Presidente do Comitê

DANIELA DE MELO FARIA COSTA
Subsecretária de Política Fiscal

DOUGLAS CÉSAR SOARES JUNIOR
Superintendente de Planejamento Fiscal

RODRIGO SOARES AGUIEIRAS
Superintendente de Fiscalização

NELSON ANTUNES DE FARIAS JUNIOR
Analista de Fazenda Estadual

ASSUNTOS:

- 1) RELATÓRIO DE GESTÃO DO FAF 2019
- 2) PAP 2020 FINAL

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 11.02.2020.

Id: 2238063

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

COMITÊ DE GESTÃO

*Pauta de reunião da sessão ordinária do Comitê de Gestão do Fundo Especial de Administração Fazendária, a realizar-se em 05 de março de 2020, às 10h, na sala de reuniões à Av. Presidente Vargas, 670 - 19º andar.

PARTICIPANTES:

SÉRGIO RICARDO CAVOLH MOTA
Subsecretário Geral de Fazenda
Presidente do Comitê

THOMPSON LEMOS DA SILVA NETO
Subsecretário de Receita

LEONARDO LOBO PIRES
Subsecretário de Finanças

DANIELA DE MELO FARIA COSTA
Subsecretária de Política Fiscal

CARLOS BRUNO CAVALCANTI VINHAIS
Diretor Geral do Departamento Geral de Administração e Finanças

ASSUNTOS:

- 1) RELATÓRIO DE GESTÃO DO FAF 2019
- 2) PAP 2020 FINAL

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 11.02.2020.

Id: 2238064

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 27/01/2020

PROCESSO Nº SEI-04/00041/000085/2020 - DAVID PECANHA-BACON, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 5018950-6, CONCEDO 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo o art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurado de 25/10/2013 a 22/11/2018.

PROCESSO Nº SEI-04/00041/000087/2020 - PATRICIA SANTOS CARVALHO, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 4400029-4, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo o art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurado de 06/02/2014 a 19/02/2019.

Id: 2237832

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 13/02/2020

PROCESSO Nº SEI-04/042/003576/2019 - KANDEL DA ROCHA E SILVA, Agente de Fazenda, Id. Funcional nº 1938399-1, AVERBE-SE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, amparado pelo art. 2º da Lei 1.258/87, na forma permitida pela Emenda Constitucional Federal, no atual § 9º do art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/contribuição prestado sob Regime Geral de Previdência Social, no período de 09/11/1981 a 25/02/1982, totalizando 107 (cento e sete), dias de efetivo exercício.

Id: 2237831

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

ATOS DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUFIS Nº 1145 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO
ESTADUAL (PCAN).

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, considerando a ordem contida no Processo Administrativo nº E-04/013/321/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a instauração do Procedimento Administrativo de Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, com fulcro no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014;

Razão Social: SMB COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ELASTÔMEROS EIRELI

Inscrição Estadual: 11.347.051

CNPJ nº: 32.554.627/0001-80

Endereço: Rua Santa Cristina 16, Capa Azul, Araruama, RJ. CEP: 28970-000

Número do Processo: E-04/013/321/2019

Motivo determinante da medida (fundamento legal): Art. 60, inciso III do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, c/c o art. 44-B, inciso III, da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º - A inscrição estadual indicada no artigo anterior fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, por força do que dispõe os artigos 55, XXI, e 61, § 1º, ambos do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização, nos moldes do art. 65, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020

RODRIGO SOARES AGUIEIRAS
Superintendente de Fiscalização

Id: 2237876

PORTARIA SUFIS Nº 1146 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO
ESTADUAL (PCAN).

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, considerando a ordem contida no Processo Administrativo nº E-04/223/14/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a instauração do Procedimento Administrativo de Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, com fulcro no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014;

Razão Social: QUIMIMAX DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS E DERIVADOS LTDA

Inscrição Estadual: 78.177.640

CNPJ nº: 08.276.579/0001-21

Endereço: ETR DA PRAIA SECA, 1362 PRAIA SECA - ARARUAMA - RJ - 28.970-000

Número do Processo: E-04/223/14/2020

Motivo determinante da medida (fundamento legal): Art. 60, I, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, c/c o art. 44-B, I, da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º - A inscrição estadual indicada no artigo anterior fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, por força do que dispõe os artigos 55, XXI, e 61, § 1º, ambos do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização, nos moldes do art. 65, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020

RODRIGO SOARES AGUIEIRAS
Superintendente de Fiscalização

Id: 2237877

PORTARIA SUFIS Nº 1147 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO
ESTADUAL (PCAN).

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, considerando a ordem contida no Processo Administrativo nº E-04/023/000033/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a instauração do Procedimento Administrativo de Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, com fulcro no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014;

Razão Social: THIAGO GOMES FIGUEIREDO

Inscrição Estadual: 78.645.113

CNPJ nº: 10.145.257/0001-95

Endereço: Av. Governador Roberto Silveira, 1350, loja, Prado, Nova Friburgo

Número do Processo: E-04/023/000033/2020

Motivo determinante da medida (fundamento legal): Art. 60, inc. IX, c/c o inc. III do § 3º e inc. I do § 4º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - A inscrição estadual indicada no artigo anterior fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, por força do que dispõe os artigos 55, XXI, e 61, § 1º, ambos do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização, nos moldes do art. 65, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020

RODRIGO SOARES AGUIEIRAS
Superintendente de Fiscalização

Id: 2237878

PORTARIA SUFIS Nº 1148 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO
ESTADUAL (PCAN).

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, considerando a ordem contida no Processo Administrativo nº E-04/223/30/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a instauração do Procedimento Administrativo de Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, com fulcro no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014;

Razão Social: CENTRAL DE ITABORAÍ RECICLÁVEL DE PRODUTOS EIRELI

Inscrição Estadual: 11.357.075

CNPJ nº: 32.665.383/0001-03

Endereço: AVN PAPA JOÃO XXIII, 14 RIO VARZEA ITABORAÍ RJ

Número do Processo: E-04/223/30/2019

Motivo determinante da medida (fundamento legal): Art. 60, III, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, c/c o art. 44-B, III, da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º - A inscrição estadual indicada no artigo anterior fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, por força do que dispõe os artigos 55, XXI, e 61, § 1º, ambos do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização, nos moldes do art. 65, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020

RODRIGO SOARES AGUIEIRAS
Superintendente de Fiscalização

Id: 2237879

PORTARIA SUFIS Nº 1149 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO
ESTADUAL (PCAN).

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, considerando a ordem contida no Processo Administrativo nº E-04/079/5/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a instauração do Procedimento Administrativo de Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, com fulcro no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014;

Razão Social: TRANS TANQUE TRANSPORTES LTDA ME

Inscrição Estadual: 77.991.298

CNPJ nº: 07.608.256/0001-25

Endereço: RUA SILVA FERNANDES, 570 PARTE PARQUE DUQUE - DUQUE DE CAXIAS RJ 25.085-010

Número do Processo: E-04/079/5/2020

Motivo determinante da medida (fundamento legal): Art. 60, III, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, c/c o art. 44-B, III, da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º - A inscrição estadual indicada no artigo anterior fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, por força do que dispõe os artigos 55, XXI, e 61, § 1º, ambos do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização, nos moldes do art. 65, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020

RODRIGO SOARES AGUIEIRAS
Superintendente de Fiscalização

Id: 2237880

PORTARIA SUFIS Nº 1150 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO
ESTADUAL (PCAN).

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, considerando a ordem contida no Processo Administrativo nº E-04/079/10/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a instauração do Procedimento Administrativo de Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, com fulcro no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014;

Razão Social: J A ULLERISCH LUGAO TRANSPORTES LTDA ME

Inscrição Estadual: 79.114.596

CNPJ nº: 12.249.719/0001-40

Endereço: RUA BORGES CARNEIRO, 12 JARDIM PRIMAVERA - DUQUE DE CAXIAS RJ 25.223-100

Número do Processo: E-04/079/10/2020

Motivo determinante da medida (fundamento legal): Art. 60, III, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, c/c o art. 44-B, III, da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996.

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DO DETRAN/RJ torna pública que se fará realizar no Portal www.compras.rj.gov.br a Licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme abaixo mencionado:

PROCESSO Nº E-16/060/3661/2019 - PE 004/20.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de natureza contínua de logística, coleta e entrega diária e fornecimento de materiais administrativos, sem fornecimento de lacres, para atender às necessidades e às demandas das unidades do DETRAN/RJ.

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 4.011.380,56 (quatro milhões, onze mil trezentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos).

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/03/2020, às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/03/2020, às 10h05min.

DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 05/03/2020, às 10h30min.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e no portal do DETRAN/RJ, na página www.detrans.rj.gov.br, opção: Licitações/Leilões - Licitações 2020 - Editais. Podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da im-

portância de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, na Av. Presidente Vargas, 817 - 19º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, Agência nº 6898 Conta Corrente nº 58-2, a favor do DETRAN/RJ.

Id: 2238067

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 149/2019 (DPR).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SOGOME - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO E RECURSOS HUMANOS LTDA.
OBJETO: CONSULTORIA PARA ELABORAR E MODELAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E APRIMORAMENTO DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA E DO CONTROLE DE ACESSO, PROPOSTA DE APLICABILIDADE DE BÔNUS E/OU PLR E PROPOSTA DE GESTÃO DE TERCEIRIZAÇÃO.
PRazo: 03 (três) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 10/02/2020.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.580/2019 (DL nº 008/2019 - DPR).

Id: 2238064

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso do Estágio nº 006/2020.

PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA

DE ESTADO DE FAZENDA, a estudante INGRID XAVIER ROCHA e a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ.
OBJETO: O presente termo de compromisso destina-se a regular todo o procedimento relativo ao estágio da ESTUDANTE, considerando-se sua formação acadêmica, no âmbito do ESTADO, em estrita observância da legislação em vigor, e de acordo com o Plano de Atividades.

VALOR: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).

PRazo: 06 meses, contados a partir de 17/02/2020.

PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2.016.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.36.08.

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2020.

FUNDAMENTO: Lei nº 11.788/08.

PROCESSO Nº: SEI-040204/000077/2020.

Id: 2238040

SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO IMÓVEL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Rerratificação ao Termo de Cessão de Uso, lavrado no Livro: C-16/SUBLOP, Fls: 110 a 111; TERMO nº: 19; **PARTES:** Estado do Rio de Janeiro e o Município de Rio das Flores/RJ; **OBJETO:** Rua Leoni Ramos nº 11, Município de Rio das Flores; **RERRATIFICAÇÃO:** Da Cláusula Quarta do Termo de Cessão de Uso, objetivando alterar o prazo de vigência do citado Termo de indetermi-

terminado para 20 anos. Ficam rerratificadas as demais cláusulas do Termo de Cessão de Uso nº 12, lavrado no livro C-05/SUPAT, fls. 099 a 107, datado de 21/12/2001. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de fevereiro de 2020. **PROCESSO Nº:** E-01/545/2003.

Id: 2237464

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO

Na Sessão da Primeira Câmara a ser realizada no dia 13 de fevereiro de 2020, às 11h30min, serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSO	PROCESSO	NOME / RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RECURSO
73259	E-04/037/000807/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	Ofício
73263	E-04/037/000808/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	Ofício
73728	E-04/040/100178/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73860	E-04/040/100189/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73861	E-04/040/100183/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73862	E-04/040/100187/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73863	E-04/040/100176/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73864	E-04/040/100177/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73865	E-04/040/100180/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73866	E-04/040/100182/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
73867	E-04/040/100186/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Ofício
75678	E-04/211/003624/2018	TAO LANCHONETE LTDA	Ofício
75715	E-04/211/017931/2019	RIO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	Ofício
75722	E-04/038/100091/2018	SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA	Ofício
75725	E-04/211/017402/2019	T.W.A. TRANSPORTES - EIRELI	Ofício
75742	E-04/211/017942/2019	DF DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Ofício
59724	E-04/045/000434/2013	PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA	Voluntário
73578	E-04/040/100131/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73579	E-04/040/100129/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73580	E-04/040/100123/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73581	E-04/040/100122/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73582	E-04/040/100133/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73583	E-04/040/100132/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73584	E-04/040/100137/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73587	E-04/040/100138/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73588	E-04/040/100126/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73589	E-04/040/100127/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73590	E-04/040/100128/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73592	E-04/040/100124/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário
73593	E-04/040/100125/2018	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A	Voluntário

Id: 2237833

CONSELHO DE CONTRIBUINTES

TERCEIRA CÂMARA

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES
MEDIANTE SORTEIO

Na Sessão da Terceira Câmara a ser realizada no dia 19 de fevereiro de 2020, às 12h30min, serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSOS VOLUNTÁRIOS	PROCESSOS	NOME / RAZÃO SOCIAL
75.315	E-04/211/1973/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.316	E-04/211/1995/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.320	E-04/211/1986/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.322	E-04/211/1969/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.324	E-04/211/1985/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.325	E-04/211/1972/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.326	E-04/211/1970/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.327	E-04/211/1979/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.323	E-04/211/1977/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.328	E-04/211/1971/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.338	E-04/211/1976/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.339	E-04/211/1982/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.340	E-04/211/1978/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.341	E-04/211/1975/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
75.342	E-04/211/1966/2019	CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S/A
54.001	E-04/059.586/2012	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
54.002	E-04/059.587/2012	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A
72.145	E-04/042/2750/2017	RALPH GONCALVES PEÇANHA
73.787	E-04/025/1038/2017	PAULO SZARVAS
75.514	E-04/019/519/2017	BRAGA MOVEIS COMERCIO LTDA.
53.919	E-04/067.243/2012	FLUKE ENGENHARIA LTDA
53.920	E-04/067.244/2012	FLUKE ENGENHARIA LTDA
69.286	E-04/034/5024/2016	STOC COM. DE FERRO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA
48.776	E-34/134210/2004	UNISYS BRASIL LTDA
50.731	E-04/243.578/2010	PETROGOLD DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
50.732	E-04/244.234/2010	PETROGOLD DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
RECURSOS OFÍCIOS	PROCESSOS	NOME/RAZÃO SOCIAL
75.669	E-04/211/12413/2019	VIETRA DIAGNOSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A
75.670	E-04/211/12415/2019	VIETRA DIAGNOSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A
75.674	E-04/211/13858/2019	CLASSICOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
75.680	E-04/034/6607/2016	ANTONIO CARLOS R DA SILVA
69.577	E-04/005/134/2017	R M V 448 CALÇADOS LTDA
75.293	E-04/211/5122/2019	INDIGO ENGINEER CONFECÇÃO DE ROUPAS LTDA.
75.295	E-04/034/6107/2016	CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA
75.314	E-04/211/119/2019	DIFFUCAP CHEMOBRAS QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
75.038	E-04/037/809/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
75.039	E-04/037/804/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
75.041	E-04/037/806/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
75.453	E-04/037/100173/2018	MI-SWACO DO BRASIL COMÉRCIO
74.254	E-04/043/100144/2018	CRIZANE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
73.685	E-04/037/813/2017	PETROBRAS COMERCIAL DE MODAS LTDA
73.665	E-04/037/811/2017	PETROBRAS COMERCIAL DE MODAS LTDA
73.666	E-04/037/810/2017	PETROBRAS COMERCIAL DE MODAS LTDA
75.518	E-04/040/199/32013	FLORESTA COMERCIO E INDUSTRIA S/A